



PROTOCOLO	: 265101-2020
PRINCIPAL	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO
PROCEDÊNCIA	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO
ASSUNTO	: PEDIDO DE RESCISÃO
DESCRIÇÃO	: PEDIDO DE RESCISÃO REFERENTE AO ACÓRDÃO Nº 370-2020-TP, PROCESSO 249556-2017
RELATOR	: CONSELHEIRO VALTER ALBANO

DESPACHO DE SECRETÁRIO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR,

Trata-se de Pedido de Rescisão formalizado pelo Sr. Ondanir Bortolini, Deputado Estadual, por meio da Procuradoria da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, visando a rescisão do Acórdão nº 266/2018-TP, que julgou parcialmente procedente a Representação de Natureza Interna (processo 249556-2017), em razão da ocorrência de irregularidades de não envio e de remessas com atrasos de documentos e informações obrigatórios a este Tribunal, via sistema APLIC, referentes aos exercícios de 2015 e 2016, com aplicação de sanção de multa ao requerente de 238 UPFs/MT, reduzida para 100 UPFs/MT, por conta do provimento parcial de Recursos de Embargos de Declaração no Acórdão nº 370/2020-TP.

Por meio do Julgamento Singular nº 989/VAS/2020, divulgado no Diário Oficial de Contas – DOC do dia 17/12/2020, sendo considerada como data de publicação o dia 18/12/2020, edição nº 2079, o Exmo. Conselheiro Relator recebeu o presente Pedido de Rescisão, em razão do atendimento dos requisitos dispostos nos artigos 251 e 252 do RITCE/MT, e deferiu o pedido de Efeito Suspensivo do Acórdão nº 266/2018-TP, nos termos do § 4º do artigo 251 do RITCE/MT.





Por seu turno, o Ministério Público de Contas, mediante Parecer nº 137/2021 (documento digital nº 5667-2021), se manifestou conclusivamente nos seguintes termos:

3. CONCLUSÃO

28. Pelo exposto e por tudo que consta nos autos, o Ministério Público de Contas, instituição permanente e essencial às funções de controle externo do Estado de Mato Grosso (art. 51 da Constituição Estadual), no exercício de suas funções institucionais, manifesta:

- a) pelo conhecimento e pela homologação do efeito suspensivo concedido por meio do Julgamento Singular nº 989/VAS/2020, nos termos acima alinhavados;
- b) pela remessa dos autos à Secretaria de Controle Externo competente para análise e instrução;
- c) pelo posterior envio ao Parquet de Contas para manifestação quanto ao mérito do pedido de rescisão.

Na sequência, conforme Acórdão nº 1/2021-TP, divulgado no Diário Oficial de Contas – DOC, edição nº 2157, publicado em 25/3/2021 (documento digital nº 72409-2021), foi homologado o Julgamento Singular nº 989/VAS/2020, cuja decisão concedeu efeito suspensivo ao Pedido de Rescisão proposto pelo sr. Ondanir Bortoloni, Deputado Estadual.

Por fim, por intermédio do Despacho nº 779/2021/VA, de 29/4/2021 (documento digital nº 107849-2021), o processo foi encaminhado a esta Secex de Administração Estadual para análise e elaboração de Relatório Técnico Preliminar.

Contudo, à luz do disposto na Resolução Normativa TCE nº 20/2020, arts. 4º, X, 13 e 14, a competência para elaboração de Relatório Técnico Preliminar referente a Pedido de Rescisão recai sobre a Secretaria de Controle Externo de Recursos – Serur.

Assim, sugere-se ao Exmo. Conselheiro Relator o envio do feito à Secretaria de Controle Externo de Recursos, considerando o disposto na Resolução Normativa TCE nº 20/2020, arts. 4º, X, 13 e 14, visto que os autos se encontram na fase de análise de mérito do presente Pedido de Rescisão.

Cuiabá-MT, 5/5/2021.

Cláudio Lima de Oliveira
Supervisor de Fiscalização





Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL**

Telefones: (65) 3613-2999 / 3324-4315

e-mail: secex-estadual@tce.mt.gov.br

DESPACHO

Visto. Submetemos os autos ao Gabinete do
Conselheiro Relator para as providências cabíveis.

(assinatura digital)

Adriana Oyera Bonilha Neuhaus

Secretária de Controle Externo

